

DESOCULTAR O IDADISMO DE GÉNERO



APRESENTAÇÃO DO PAINEL POR BERTA ALVES

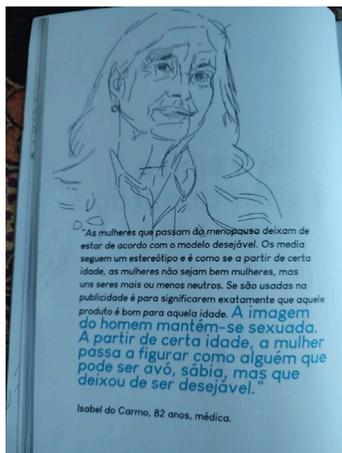
Este painel/ debate é da iniciativa do Grupo +60. grupo de trabalho do Bloco, que já tem mais de 10 anos de existência e de intervenção dentro do Bloco, trazendo para a agenda política as exigências de condições de vida dignas e de uma cidadania plena para as pessoas mais velhas.

O tema que propusemos - “Desocultar o Idadismo de Género”, veio do conhecimento e do interesse que nos suscitou o projeto desenvolvido pela UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta) “O Envelhecimento e o Género numa perspetiva interseccional” - “As Mulheres e a Velhice: Respeito ou Preconceito”, sabendo nós que a velhice é percecionada socialmente de forma mais violenta para as mulheres, citando a nossa convidada, “a estereotipia associada às pessoas mais velhas (pouco produtivas, frágeis e incapazes) é reforçada no caso das mulheres”, mas também da importância de fazer frente à ofensiva conservadora e de extrema direita que tem como um dos seus pilares fundamentais apagar a história da dominação de género e anular as suas conquistas.

Com grande pena nossa, uma das nossas convidadas não pode estar presente por razões de saúde, a Teresa Salles, precisamente uma das pessoas que dinamizou o projeto da UMAR, por isso estou a esticar um pouco mais esta apresentação. Mas contamos com a excelente participação da **Graça Marques Pinto**, ativista social, feminista, presidente da Assembleia Geral da UMAR, dirigente do Bloco e com uma vasta experiência de ativismo em várias frentes.



No projeto referido participaram 30 mulheres e algumas afirmações são marcantes.



DIPOSITIVO 2, p.22

São referidas como discriminações mais sentidas:

- discriminações em relação ao corpo, a não aceitação da imagem pública de mulheres com mais de 60 anos, não estão representadas nos media e muito menos na publicidade; mulheres assexuadas ao contrário da imagem do homem que se mantém sexuada. [Diap. 2]

- a desvalorização das opiniões tidas como ultrapassadas e da experiência pessoal.

É apontada a falta de respostas públicas de valorização das pessoas mais velhas, em especial das mulheres (muito limitadas ao lares de qualidade duvidosa).

A jurista Etelvina Sá, de Braga, faz uma boa síntese do que falta fazer: "Há em minha opinião, um oceano de lacunas a preencher, começando pela melhoria do sistema de pensões, para eliminar a pobreza dos/as mais velhos/as, passando pelas condições de habitação e o apoio domiciliário para evitar o "depósito" em lares, até incentivos ao envelhecimento ativo, em atividades regulares de exercício físico, mental e lúdicas, adequadas a cada tipologia de necessidades." (p.31)

O Grupo +60 tem feito propostas para políticas públicas em várias destas áreas, como podem ver no Caderno Reivindicativo 2024, de que saliento alguns exemplos de medidas nas áreas de Pensões e Reformas, Lares e Apoio Domiciliário, Habitação, Transportes e Mobilidade, Autarquias.

No Fórum Socialismo em 2023, já uma oradora nossa convidada abordava o idadismo, Berta Soares - "[Os 5 P's do Idadismo](#)", salientado como medidas prioritárias nas políticas públicas:

1. Educação para o envelhecimento, em que a Gerontologia, com os seus saberes multidisciplinares, assume um papel fundamental na prevenção e explicação do processo natural que é o envelhecimento;
2. Integração das pessoas mais velhas no associativismo que vá ao encontro dos seus interesses, pois se estamos a falar das mesmas, há que as ouvir e integrar;
3. Adaptar acessos, passeios, estradas e transportes públicos às pessoas mais velhas, permitindo um envelhecimento ativo, saudável e com combate ao isolamento e solidão;

4. Travar a infantilização das pessoas mais velhas, nomeadamente na aposta da formação dos profissionais que as acompanham.

5. Cumprimento da legislação no combate à discriminação.

Lutar contra o idadismo é, por isso, lutar contra as barreiras impostas. Acima de tudo, é uma luta pelo direito de ser pessoa e de, como tudo, de ter um início e um fim, mas também tanta coisa pelo meio.”

Termino com um imagem positiva de ativismo social em qualquer idade.



DIAPOSITIVO 3 “Omas gegen rechts” num protesto contra a AfD Craig Stennett/Getty Images

As avós (e os avôs) estão longe de desistir de lutar pela democracia na Saxónia, Maria João Guimarães

<https://www.publico.pt/2024/08/29/mundo/noticia/avos-avos-estao-longe-desistir-lutar-democracia-saxonia-2102157>

INTERVENÇÃO DE
MARIA DA GRAÇA
MARQUES PINTO

O termo *ageism* (idadismo) foi introduzido em 1969 por *Robert N. Butler*, que o definiu como “um processo de discriminação sistemática contra as pessoas por elas serem idosas, da mesma forma que o racismo e o sexismo o fazem com a cor da pele e o género”.

O idadismo é cruzado e interage com outras formas de estereótipos, preconceitos e discriminações, como o sexismo, o racismo e a LGBT fobia. Diversos autores, como Maria Constança Paúl, apontam que há abordagens do envelhecimento que utilizam abusivamente a «categoria social idosos», e enfatizam que «velhice» é uma categoria diversa que esconde diferenças e desigualdades. Esses autores referem a diversidade como característica fundamental da forma como as pessoas envelhecem e destacam a importância das condições sócio-económicas, étnicas, raciais, sexuais e físicas, que tornam as experiências de envelhecimento muito distintas.

Na esteira deste autores, entendemos que o idadismo de género deve ser abordado de forma interseccional, que devem ser consideradas as condições concretas em que o envelhecimento das mulheres ocorre e de que forma o capitalismo sexista e patriarcal é responsável pelo idadismo de género e pelos estereótipos presentes nos media, nas opções políticas e nas instituições.

Ao longo da vida as mulheres são sujeitas a múltiplas opressões e acumulam um conjunto de fatores que as deixam numa situação de maior vulnerabilidade e risco social

Na sociedade capitalista as mulheres estão mais expostas à privação material e social e ao risco de pobreza, em particular as que se encontram em grupos etários mais elevados, não só porque têm remunerações médias mensais mais baixas do que os homens, mas também porque é sobre elas que recai grande parte do trabalho não-remunerado (tarefas domésticas e de cuidado). Segundo os dados estatísticos da CIG relativos a 2022, a taxa de privação material é superior nas mulheres, 14,6 e nos homens 12,3, a taxa de risco de pobreza de pessoas com mais de 65 anos nos homens é de 16% e nas mulheres 19,9% e há uma feminização de 97% no trabalho doméstico, 56,4% do total de beneficiários do subsídio de desemprego são mulheres e com as pensões mais baixas (47,6%).

Acresce que as mulheres mais velhas se confrontam com o culto da beleza e da vitalidade presente na sociedade capitalista de raízes patriarcais, reforçado pelos media, culto esse que alimenta a próspera indústria da cosmética e as cirurgias plásticas.

É neste contexto, que surgiu o projeto “O envelhecimento e o género numa perspetiva interseccional”, desenvolvido pela UMAR, sobre o preconceito da idade, que atinge sobretudo as mulheres

mais velhas. Este projeto abrangeu um estudo com base num inquérito a dezenas de mulheres

Uma das conclusões deste estudo é que a não valorização da experiência pessoal constitui para 50% das mulheres algo muito sentido, pois representa a desvalorização de saberes adquiridos durante uma vida. Em relação a sentirem-se ou não discriminadas 52% dizem que já sofreram situações de discriminações na velhice .

Entretanto, os estereótipos idadistas e a discriminação são transversais a toda a sociedade e estão presentes nas instituições como lares, centros de dia e serviços de saúde, onde as pessoas são infantilizadas e sujeitas a um total controlo da sua vida, realidade que penaliza sobretudo as mulheres sujeitas, durante toda a sua vida, a múltiplos preconceitos e opressões, nomeadamente no que respeita ao corpo e à sexualidade.

A situação nos lares suscita particular preocupação. É necessário aumentar a resposta públicas às necessidades decorrentes de problemas relacionados com o envelhecimento, mas urge, também, alterar o paradigma e diversificar as respostas públicas. A nosso ver, a institucionalização precoce não constitui uma solução que garanta a necessária qualidade de vida às pessoas com idades mais avançadas, já que lhes é exigido o abandono do seu espaço, obrigando-as a integrar-se num meio que é limitativo e que, na maioria casos, assume o controlo da sua vida. De facto, estudos feitos a várias instituições que acolhem pessoas idosas mostram que as mesmas, para além de retirarem toda a privacidade aos seus utentes, promovem uma extrema dependência e inatividade que, por sua vez, potenciam uma maior incapacidade física e mental e conseqüentemente promovem a interiorização do idadismo.

Face a esta realidade, transversal a muitos países, têm surgido desde 1970 projetos de coabitação colaborativa sénior, que se multiplicaram na Europa e na América do Sul. Na vizinha Espanha, em poucos anos já encontramos cerca de 30 iniciativas em funcionamento ou em desenvolvimento.

Estes projetos promovem “aldeias” sénior em zonas rurais ou urbanas, onde as pessoas desfrutam de habitação própria, mas vivem em regime colaborativo, numa espécie de “república”, usufruindo de espaços de atividade e convívio comuns e do apoio de equipas multidisciplinares. Em alguns casos, integram pessoas de várias gerações, nomeadamente de jovens que adotam este estilo de vida.

Independentemente de terem origem na iniciativa cooperativa ou pública, a maioria das iniciativas adotam regras e serviços de apoio partilhados para quem os integra, constituindo uma alternativa à institucionalização precoce e à fatalidade de os mais velhos ficarem a viver sozinhos quando não têm retaguarda familiar e não lhes resta outra hipótese. Esta é a melhor alternativa para quem mantém autonomia e considera importante continuar “senhor/a da sua vida”, pelo que deveria ser abraçada pelo Estado, por forma a garantir o acesso à qualidade de vida de todas as pessoas, independentemente do seu extrato económico e social, ou contexto familiar.

Em Portugal têm sido dados alguns passos no sentido de se encontrarem novas soluções para o envelhecimento. No entanto, as experiências que conheço resultam de iniciativas privadas ou de parcerias entre autarquias e Instituições de Solidariedade Social, sendo que as/os “utentes”, desde o início, não têm parte ativa no processo e não participam na sua gestão, pelo que o carácter colaborativo e emancipatório não está presente.

Estas experiências parecem estar consagradas na portaria n.º 269/2023 de 28 de agosto, que estabelece a organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social da Habitação Colaborativa e Comunitária e que entrega a responsabilidade da sua implementação às instituições de solidariedade social.

A alteração do paradigma que preside às respostas sociais ao processo de envelhecimento das mulheres não é possível sem a desocultação do idadismo de género presente na sociedade e a participação das mulheres na definição das respostas públicas ao seu processo de envelhecimento.

**BOLETIM EXTRA ORGANIZADO PELA
COORDENAÇÃO DO GRUPO +60**

Berta Alves

Rui Távora